

Nietzsche e o Ser Social Histórico ou Da Utilidade de Nietzsche para os Estudos Históricos

Regina Horta Duarte*

Resumo: O artigo introduz algumas reflexões acerca das possíveis leituras de Nietzsche sob a perspectiva da teoria da história a partir da discussão dos pressupostos ontológicos que têm guiado o trabalho da historiografia das últimas décadas. Nesse caminho, analisam-se categorias como particularidade, causalidade, contexto, processo e resistência.

Palavras-chave: história – ser social histórico – teoria da história – Nietzsche

Para Bárbara,
plena de doçura,
intensidade e vontade
de viver.

Em sua segunda *Consideração extemporânea*, intitulada *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*, Nietzsche nos incita a contemplar um rebanho: sem diferenciar o hoje e o ontem, ele se movimenta, come, dorme, vive prazeres e dores à medida que estes se apresentam em seu caráter imediato. Perante tal condição, o homem afirma sua superioridade em relação ao animal, ao mesmo tempo que

* Profa. Adjunta do Departamento de História da FAFICH/UFMG.

não pode deixar de invejar sua felicidade. Mas se, impulsionado por tal sentimento, o homem indagasse a ele “Por que não me falas de tua felicidade e não fazes mais que mirar-me?”, o animal talvez desejasse falar-lhe “Porque esqueço a cada instante o que quero responder”. Mas enquanto preparasse tal explicação, ela seria esquecida e o calmo silêncio, mantido.

Esse homem se assombraria duplamente: em primeiro lugar, frente à atitude imóvel do animal a fitá-lo, exatamente como o fazia antes da formulação de sua pergunta. Era como se nada houvesse ocorrido. Em segundo lugar, frente a si mesmo e à sua própria incapacidade de esquecer, à sua ligação inexorável com o passado. Esse tempo decorrido e repleto de lembranças vergará seu corpo, dificultará seu passo, “como um fardo obscuro e invisível”.

Ele também se emocionará ao ver a criança que, nada tendo ainda a lamentar, vive entre o presente e o passado, entrega-se a seus jogos com venturosa inconsciência. Como Fernando Pessoa, cujos versos dizem da criança que com ele vive:

É uma criança bonita de riso e natural.
Limpa o nariz ao braço direito.
Chapinha nas poças de água,
Colhe as flores e gosta delas e esquece-as.
 (“O Guardador de Rebanhos”, VIII)

Porém, rapidamente a criança conhecerá a palavra “era”, que Nietzsche define como palavra ponte, “com que a luta, o sofrimento e a mortificação se acercam do homem, para recordar-lhe o que sua existência é, no fundo: um imperfeito que nunca deixa de ser imperfeito”. Se a morte aparece como a única chance de descanso, pelo esquecimento que contém, por outro lado, ela levará consigo tanto o presente quanto a vida.

Nessa dura percepção de sua própria incompletude, o homem buscará enfrentar a morte que o espreita e se anuncia em sinais, que vão marcando seu corpo. Confronta o caos que o cerca. Impõe-se-lhe o desafio de sobreviver junto à visão aterradora de sua própria condição.

É nesse enfrentamento que Nietzsche situará o nascimento da tragédia e a forma específica construída pelos gregos de – a partir da experiência artística – transformar o horror em um poderoso sentimento de indistinção de tudo o que compõe a vida, suprimindo as barreiras entre os seres individualizados entre si e em relação à própria natureza. Nessa solução, vence a valorização da vida, com toda a alegria e toda a dor nela contidas.

Mas serão os próprios gregos os criadores de um outro tipo de posicionamento frente a este caos, destruidor do espírito trágico e instaurador de uma lógica de desvalorização da vida. Frente à finitude humana, a vivência socrática da morte, que aparece como a libertação de um mundo desprezível. Perante a indistinção da embriaguez dionisiaca, a separação fixa de identidades. Contraposta à inexistência de sentido das coisas, a criação de uma totalidade a que tudo passa a ser remetido e que confere a tudo um significado essencial. Ao mundo e à vida restam o desprezo por tudo o que é imperfeito, perecível e aparente.

Guiada por uma insaciável vontade de verdade, a lógica sistematizada pelo pensamento de Sócrates e Platão ganhou ressonância decisiva em nossa civilização cristã e ocidental. E com ela venceram a concepção do ser como fixo e imutável, a visão de um mundo suprasensível perfeito e composto por valores verdadeiros a serem imitados, as idéias de totalidade, de causalidade e de racionalidade necessária das coisas.

É a partir dessas considerações básicas que eu gostaria de refletir sobre como o pensamento de Nietzsche é necessário ao historiador. E a questão da necessidade aparece aqui como um importante parâmetro. Gilles Deleuze nos mostra, magistralmente, no artigo “Pensamento nômade”, que Nietzsche construiu textos não interpretáveis, frustrando os que neles buscassem, ingenuamente, um sentido original ou genuíno. Utilizando aforismos, o pensamento e a escrita do filósofo alemão têm relação imediata com o exterior, são jogo de força, atravessados por movimentos que vêm de fora. Assim, ler Nietzsche não impõe proble-

mas de interpretação, mas de maquinação, de encontrar as forças que atravessem e recortem seu texto, fazendo-o funcionar.

Assim, poderíamos perguntar: como as questões que a história vem enfrentando trazem a necessidade de Nietzsche?

Suas considerações sobre a utilidade dos estudos históricos criticam uma historiografia alemã marcada por um espírito filisteu, seu apontamento como um mal, um vício depauperador e degenerador da vida, um saber que se coloca fora dela, ao mesmo tempo que se apresenta como legítimo enunciador de suas verdades. Entretanto, Nietzsche afirma a necessidade da história para a vida e a ação. Voltando-se contra a “história decorativa”, afirma: “Queremos servir à história somente à medida que ela sirva à vida”.

Entretanto, há muito que a história voltou-se para a vida. Podemos percebê-lo claramente em um evento citado por Marc Bloch, um dos mais importantes historiadores de nosso século. Chegando a Estocolmo, juntamente com Henri Pirenne, seu colega de profissão, recebeu dele o convite para iniciarem o passeio por um dos mais recentes prédios construídos. Temendo que sua escolha pudesse causar surpresa a Bloch, Pirenne acrescentou: “Se eu fosse um antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida”. Ao descrever o episódio, Bloch conclui como a qualidade fundamental do historiador é a apreensão do que é vivo.

A fundação da *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, representou para o pensamento histórico contemporâneo uma transformação epistemológica decisiva. Em um editorial escrito por Marc Bloch e Lucien Febvre, atacava-se a história burocrática, mera compiladora de documentos. Propunha-se a derrubada dos muros que impediam aos historiadores a percepção e o estudo de tudo o que o cercava e potencializava a história: a geografia, a lingüística, a psicologia, a antropologia, a matemática. Ampliou-se o que poderia ser objeto de reflexão para o historiador: a ele passaram a interessar poemas, palavras, canções, contos, romances, dramas, signos, paisagens, formas de cultivo, ervas daninhas, eclipses da lua, exames de pedras feitas por geólogos, análises de espadas feitas por químicos.

A partir de então, os rumos da história adquiriram uma complexidade e variedade estimulantes. Na esteira daqueles pioneiros, vários trabalhos deram continuidade à Revista dos *Annales*, bem como às possibilidades ali inauguradas. Impossível assistir, sem euforia, ao desbravamento de novos problemas (a operação histórica, os caminhos da história antes da escrita, a história conceitual, o quantitativo, a história dos povos sem história, a aculturação etc.), de novas abordagens (a arqueologia, a economia, a demografia, a religião, a literatura, as artes, as ciências), de novos objetos (o clima, o inconsciente, o mito, as mentalidades, a língua, os jovens, o corpo, a cozinha, o filme, a festa, a vida privada, e tantos outros).

A *Nova História* consolidou ainda a ênfase ao presente no procedimento histórico. O historiador tem seu olhar cada vez mais direcionado para as questões de seu tempo.

Mas, entre tantas conquistas, a discussão da verdade talvez assumiu importância fundamental. Esta tradição histórica, que reúne historiadores muito diferentes entre si, debateu minuciosamente a noção de verdade absoluta, pôs em causa a idéia de leis rígidas e estáveis conferidoras de sentido à diversidade histórica. A partir daí questionou temas como origem, finalidade, progresso, evolução, continuidade e linearidade.

A história afirmou-se como um saber voltado para a vida, mudou seus registros de produção de conhecimento, relativizando o conceito de verdade e reivindicando para si uma especificidade em relação às outras ciências. Mas se menosprezar tudo o que foi feito seria uma atitude absurda, é também impossível deixar de perceber que o pensamento histórico enfrenta um impasse. De um lado, críticas de imprecisão e irracionalidade por parte de estudiosos de outras áreas do conhecimento. Por outro, uma dificuldade dos próprios historiadores de enfrentar a sucessão de modismos, o ecletismo teórico, a incoerência de parte das análises.

Nietzsche afirma a necessidade do caráter radical das transformações. Os questionamentos superficiais, a substituição de valores não possibilitam uma alteração efetiva de posturas. Na verdade, as mudan-

ças na prática histórica tiveram um cunho eminentemente epistemológico. Mas os pressupostos ontológicos desse saber não foram profundamente problematizados. Gostaria de discutir um pouco algumas noções correntes nos textos históricos atuais e que ilustram algumas das dificuldades que vêm sendo deixadas em suspenso.

A história voltou-se para o singular, num claro desafio à lógica unificadora. Afirmando-se como saber de especificidades e de diversidades, apresenta-se como ciência do particular. Mas o discurso de um grande e influente historiador como Carlo Ginsburg não nos deixa dúvidas: o compromisso com a verdade permanece. Propondo um novo paradigma para a recuperação do passado, compara o historiador ao caçador que, através de sinais – como pegadas, vestígios de saliva e fezes, pêlos ou penas – imagina sua presa. Ambos possuem um conhecimento conjectural, baseado em fragmentos de evidências. A grande questão aqui apresentada não passa pela problematização da razão em si, mas da construção de um caminho em que a história garanta as condições de sua racionalidade. Lidando com fenômenos irrepetíveis e imprevisíveis, a história não pode operar como outras disciplinas. Para a explicação desses fatos e o entendimento do particular, torna-se necessário o desenvolvimento de métodos alternativos que garantam a cientificidade. Permanece aqui, intacta, a vontade de verdade.

O conceito de resistência aparece como outra peça-chave de boa parte de nossa historiografia. Resistência operária, mulheres que resistem em atos cotidianos, velhos que resistem através de suas memórias, culturas populares que resistem à massificação e uma série sem fim de resistências apontadas pelos quatro cantos das sociedades. Mas o conceito de resistência acaba sendo utilizado em detrimento da consideração de que as pessoas criam práticas. Há uma diferença essencial entre resistir a algo e criar atitudes. Quem resiste responde a alguma coisa, sua ação é reativa e tem seu sentido naquilo que a gerou. Criação supõe o completamente novo, o que tem sentido essencialmente positivo e inexplicável racionalmente. Nada determina a criação, a passagem do nada ao ser.

O conceito de resistência está intrinsecamente ligado a uma lógica causalista, em que os fenômenos são explicáveis uns a partir dos outros e em que uma racionalidade, mesmo que específica, se delinea em um processo.

Processo histórico: outro tema recorrente. Mas o que é um processo? Além da própria noção de formação da sociedade, o termo possui outros usos, todos comprometidos com a noção de encadeamento. É um termo do vocabulário filosófico, indicativo de procedimentos metódicos de operar ou agir, como no pensamento tomista, que nomeia processos que indicam métodos de ir das causas ao efeito ou do efeito às causas, ou de uma causa a outra. É também corrente nos estudos da física ou da química, no sentido de explicar uma concatenação de eventos. Na física, uma sucessão de estados em um sistema que evolui. Na química, noções como processo da digestão ou processo fotomecânico. No vocabulário jurídico, indica peças de documentos fundamentadores da avaliação de um caso concreto. É claro que a questão da mudança está indelevelmente explícita na noção de processo. Mas será que o seu uso pela história se distancia dos outros usos possíveis no que diz respeito ao comprometimento com uma visão causalista?

A visão de contexto surge como outra categoria a ser pensada. É fato que vários trabalhos privilegiam o particular, através do enfoque a eventos que surgem quase como curiosidades, mas que ao serem explorados desvendam um contexto maior em que se inserem. Assim, o fato é ilustrativo, remete a um lugar, dizendo-nos dele. Mas será que tal lógica abandonou realmente a noção de totalidade? Será que não houve, predominantemente, uma inversão: a prática anterior consistia em partir da totalidade e daí explicar os eventos. Mas a prática atual tem muitas vezes reunido eventos que remetem, mesmo que imperfeita e fragmentariamente, a uma totalidade em que foram gerados. O fato nos esclarece acerca de uma época, na medida em que nela estão contidas as determinações que o tornam inteligíveis. Não há dúvida da existência de um matiz importante na discussão do que seria esta totalidade. No entanto, o que deve ser enfrentado é que a totalidade pode ter sido relativizada, mas certamente não foi abolida. A particularidade não é,

na maioria das vezes, estudada no sentido de ser uma singularidade não determinada. O historiador pode se deliciar com fatos exóticos, diferentes. Mas esta é a primeira impressão, pois à medida que ele avançar, acabará por conjuntizá-los em um mundo de determinações – que serão diferentes daquelas presentes em nosso mundo –, mas que continuam configurando um mundo de determinações.

É nesse ponto que eu diria que Nietzsche se apresenta como obra a ser maquinada. A transformação epistemológica da história é inegável e certamente é essencial. Mas grande parte da história permanece ligada à mesma perspectiva ontológica. O ser permanece pensado como ser determinado. E, nesta medida, por mais que o neguem e que afirmem ter eliminado de vez formas de pensar tradicionais, inúmeros historiadores continuam lidando com as perspectivas de totalidade, de causalidade e de determinação.

Mas se pensamos o ser, e portanto também o ser social histórico, como devir, a perspectiva se transforma radicalmente. Nesse vir a ser, tudo é criação, e criação do absolutamente novo, portanto, indeterminado. Desfaz-se a continuidade do ser.

Aqui, a particularidade não é explicável a partir de, não é remisível ao contexto *x*, não é peça de um processo. Ela é, em si, singularidade. Remete-nos à necessidade do historiador enfrentar a fragilidade de seus esquemas de racionalização. Não mais a consideração da impossibilidade do historiador acessar integralmente o passado – mesmo que isto tenha deixado de ser encarado como limite e vivido alegremente pelos nossos estudiosos. Mas algo muito mais decisivo: a inexistência mesmo de um ser fixo desse passado. Questionamento tanto em relação aos esquemas objetivistas quanto subjetivistas. Renovação não apenas no que diz respeito ao sujeito do conhecimento, mas ao objeto do conhecimento. Ou, como diria Deleuze: nem física, nem filosofia.

É claro que estas questões vêm surgindo em vários trabalhos, vários historiadores têm trilhado caminhos que rompem com a lógica da determinação – e não necessariamente se referenciam em Nietzsche. Há momentos em que a criação surge em toda sua força, em que as

análises mostram o rigor que o pensamento histórico pode assumir. Pois o historiador é levado à reflexão pela sua própria vida, pelo seu próprio tempo; ele dialoga com tudo e seu discurso é pura intenção, ação que quer transformar. Como não pensar em *Os reis taumaturgos* de Marc Bloch, *A economia antiga* de Finley, *Acreditavam os gregos em seus mitos?* de Paul Veyne, *O tempo das catedrais* de G. Duby, *A formação da classe operária* de Thompson, e por que não?, *O queijo e os vermes*, do citado Carlo Ginsburg. Tantas vezes a criatividade excede o próprio método que se acredita fielmente seguir. Mas há, por outro lado, uma produção maciça de ensaios, monografias e teses que se apresentam como inovadoras, mas que mal conseguem disfarçar o determinismo de seus esquemas explicativos. Comemorando singularidades, para imediatamente enjaulá-las em determinações históricas, são válvulas de segurança que parecem nos dizer:

– Vejam como isto é diferente! Mas não se iludam. Confirmam as determinações. Observem como é possível racionalizar tudo. Não resta nada que não seja explicável...

O historiador enfrenta o caos. Mas foge dele ao mascará-lo, disfarçá-lo, dissolvê-lo em um mundo de totalidade. Provavelmente por sua própria dificuldade em defrontar-se com o absurdo e a dor de sua própria existência. A história é, também, enfrentamento da morte. Mas que atitude tomará o historiador frente a isto? É preciso que ele invista na ousadia, já exemplificada em tantos momentos de sua criatividade, de romper com uma lógica negadora da vida, detonando as certezas tranqüilizadoras e as totalidades apaziguadoras.

Aqui situarei a utilidade dos textos de Nietzsche para os estudos históricos da atualidade: máquina de guerra capaz de destruir, decisivamente, a lógica e a ontologia herdadas que, tantas vezes, ainda permanecem como obstáculos para a criação de um saber histórico que potencialize a vida.

Abstract: This article presents some considerations about different possibilities of understanding Nietzsche's writings. These ideas are based on analysis under a theory of history perspective and ontologic discussions that have been guiding historiography in the last decades. Along these lines several categories are dealt with such as specificity, causality, context, process and resistance.

Key-words: history – theory of history – new history – Nietzsche

Referências Bibliográficas

1. ALBUQUERQUE, D.M. “Menocchio e Rivière – criminosos da palavra, poetas do silêncio”. In: *Resgate*. Campinas, v. 2, nº 2, p. 48-55, 1991.
2. BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa, Europa-América, s/d.
3. _____. *Os Reis taumaturgos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
4. DELEUZE, G. “Pensamento nômade”. In: *Por que Nietzsche?* Rio de Janeiro, Achiamé, s/d, p. 9-17.
5. _____. *Proust e os signos*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
6. DUBY, G. *O tempo das catedrais*. Lisboa, Editorial Estampa, 1978.
7. FEBVRE, L. *Combates pela história*. 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1985.
8. FINLEY, M. *A economia antiga*. 2ª ed. Lisboa, Afrontamento, 1986.

9. GINSBURG, C. "Morelli, Freud and Sherlock Holmes: clues and scientific method". In: *History Journal Workshop*, 9, 1980, p. 5-36.
10. _____. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Cias das Letras, 1987.
11. NIETZSCHE, F. "De la utilidad de los estudios historicos". In: *Obras Completas*. Buenos Aires/ Mexico, Aguillar, 1955.
12. THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
13. VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Lisboa, Edições 70, 1987.